

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA ELEITORAL.

MD. MINISTRO MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE (**doc. 1**) e com representação no Congresso Nacional, inscrito no CNPJ sob o nº 00676262/0001-70 e com endereço sito no Setor Comercial Sul – Quadra 02 bloco C nº 256, Edifício Toufic, 1º andar – CEP 70302-000 – Brasília/DF, por sua Presidente Nacional, in fine assinada e **REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES**, brasileiro, solteiro, [REDACTED], [REDACTED], título de [REDACTED] (**doc. 2**), atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal (PT/MG) e Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores – PT na Câmara Federal, com endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 426, Anexo IV - CEP 70.160900 e endereço eletrônico dep.reginaldolopes@camara.leg.br, vêm à presença de Vossa

Excelência, com supedâneo no art. 22 da Lei Complementar nº 64/90, aviar **REPRESENTAÇÃO**

ELEITORAL, para que sejam investigadas as condutas do Senhor Ministro de Estado da Educação, **MILTON RIBEIRO**, brasileiro, casado, professor universitário, podendo ser encontrado na sede do Ministério da Educação – Esplanada dos Ministérios – Brasília (DF), e **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, brasileiro, casado, atualmente no exercício do cargo de Presidente da República, com endereço nos Palácios do Planalto e/ou Alvorada – Brasília (DF), tendo em vista a prática, em tese, de **abuso de poder econômico e político**, consoante razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – Brevíssima síntese dos fatos.

Com efeito, recente matéria publicada pelo jornal “Folha de São Paulo¹”, a partir de áudio (**doc. 3**) obtido pelo destacado periódico, demonstra o quanto a administração dos recursos públicos do Ministério da Educação, que deveria atender de maneira impessoal toda a sociedade brasileira e priorizar o combate às demasiadas carências educacionais existentes no País, vem sendo aparelhada para servir aos interesses políticos e privados do Presidente da República (segundo Representado), em seu projeto de reeleição e daqueles que se vinculam, por interesses religiosos e outros, embora num Estado laico, com o atual Ministro da Educação, ora primeiro Representado.

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido->

Na referida gravação, cuja autenticidade não foi questionada pelo Ministro da Educação e por nenhum dos pastores e demais interlocutores citados, o primeiro Representado, de maneira vil, antirrepublicana, imoral e criminosa, afirma que em sua gestão, **a pedido do Presidente da República**, no que se caracteriza o desiderato comum de praticarem, de forma livre e consciente, para além de ilícitos penais, **explícito abuso de poder político e econômico**, prioriza, na distribuição de verbas da pasta (recursos geridos pela FNDE), os Prefeitos "amigos de pastores", para facilitar, entre outras benesses, a construção de igrejas e pavimentar, pela cobrança de apoio, os projetos eleitorais do Presidente.

Informa a publicação que desde o nascedouro de 2021, os pastores Gilmar Santos e Arilson Moura, líderes da Igreja Ministério Cristo para Todos, estariam a assessorar, numa espécie de gabinete paralelo que exerceria de fato o comando da Pasta, mesmo sem ocuparem qualquer cargo público, o Ministro da Educação, sendo estes os interlocutores do Presidente Bolsonaro para o segmento evangélico e os responsáveis por fazerem a indicação das Prefeituras que deverão ser contempladas com as verbas públicas.

Veja Excelência, que o Ministro da Educação admite, em confissão irrefutável, que a pasta ministerial por ele comandada (ao menos do ponto de vista do direito), não se orienta, na distribuição das verbas públicas, por critérios e estudos técnicos ou quiçá prioridades identificadas pela própria administração, privilegiando, diversamente, sem observância da legislação e dos princípios constitucionais, os municípios cujos Prefeitos, adredes concertados com os pastores que falam em nome do Presidente da República, possam assegurar desde

logo o apoio (do segmento da população evangélica) aos projetos políticos (reeleição) do mandatário atual da Nação, em troca, entre outros, de benefícios financeiros (construção de igrejas) para as denominações religiosas.

Na referida gravação, o Ministro afirma, numa postura debochada e desrespeitosa para com a sociedade brasileira e com milhares de crianças e adolescentes que enfrentam os mais diversos problemas em sua formação educacional, exatamente em função da falta de verbas e investimentos públicos, que sua segunda "prioridade" é atender "todos os amigos do pastor Gilmar" (que fala em nome de Bolsonaro) **e que Bolsonaro receberá o apoio das igrejas em seu projeto eleitoral de reeleição, em troca das verbas liberadas pelo MEC aos prefeitos aliados.**

A matéria torna público, por outro lado, que as negociações ocorrem em hotéis e restaurantes de Brasília. Depois, os pastores entram em contato com o ministro Milton Ribeiro, que dá a ordem para que o FNDE oficialize o empenho. Destaca-se, por outro lado, que alguns prefeitos chegaram a se reunir na casa do Ministro, fora da agenda oficial, após reuniões em hotel da capital, com um dos pastores. Diz a publicação, que em 15 de abril, uma reunião de prefeitos em um evento do MEC, com presença dos dois pastores, rendeu um grande montante de liberação de recursos para novas obras aos políticos presentes.

São condutas graves, tanto do ponto de vista legal (eleitoral),

quanto moral, com autoria ostensivamente demonstrada e materialidade que pode ser facilmente comprovada e que estão a demandar, dessa Corregedoria-Geral e do Ministério Público Eleitoral, providências céleres e efetivas para interromper essas práticas e responsabilizar os envolvidos, em preservação à lisura e isonomia do pleito eleitoral vindouro.

Os recursos públicos geridos pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação não podem ser direcionados para atender prioridades políticas, projetos pessoais do Presidente (Reeleição) ou dos amigos dele, notadamente quando estas verbas estão a financiar em paralelo, determinadas denominações religiosas, o que é terminantemente vedado pelo art. 19 da Constituição Federal.

É grave, por outro lado, que juntamente com a estrutura administrativa oficial do Ministério da Educação, haja um gabinete paralelo, informal, **com dois Ministros de Fato**, que têm acesso direto ao Presidente da República e que estão decidindo as prioridades e os investimentos da Pasta ministerial, de modo a privilegiar, não o interesse público, mas os desígnios pessoais e políticos do Presidente (reeleição) e das Igrejas que o apoiam ou que possam vir a apoiá-lo.

II – Do abuso do poder político e econômico.

O conteúdo do áudio divulgado pelo mencionado jornal é muito claro: Os prefeitos que apoiarem o projeto de reeleição do Presidente da República, a partir da indicação dos Ministros de Fato

(Pastores) terão seus pleitos financeiros e econômicos atendidos com prioridade, inclusive no que se refere à construção de espaços religiosos (templos).

Há, como se observa, uma intenção declarada de influir, através do abuso do poder político e econômico, na vontade do eleitorado, tendo em vista o pleito vindouro, direcionando sua escolha, dentre outros artifícios, através da destinação de vultosos recursos para aliados presentes e potenciais (Prefeitos e Municípios) que vierem a se vincular com a continuidade do Governo do segundo Representado, em verdadeiro uso político do Ministério e, conseqüentemente, dos recursos públicos.

Enfim, o que se afirma é que o Ministro de Estado da Educação, pelos menos desde o início de 2021, vem diuturnamente utilizando a estrutura da referida pasta, para promover a candidatura e os desideratos políticos do Presidente da República, em sobranceira violação ao princípio da moralidade e impessoalidade mas, principalmente, agindo de modo a pavimentar, com abuso do poder político e econômico, a candidatura do mandatário na Nação ao projeto de reeleição, o que deve merecer a interferência imediata dessa Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral.

Desse modo, as ações e condutas dos Representados devem ser analisadas por essa Corregedoria-Geral, com vistas a auscultar, diante da necessidade de se assegurar a isonomia de oportunidades no pleito eleitoral vindouro, a eventual prática de abuso do poder econômico e político. **É o que se requer.**

III – Do Direito.

A Lei Complementar nº 64/90 prescreve:

“Art.19. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, **abuso do poder econômico ou político**, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

Parágrafo único. **A apuração e a punição das transgressões mencionadas no "caput" deste artigo terão o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na Administração Direta, Indireta e Fundacional da União, dos Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios.

...

Art.21. As transgressões a que se refere o Art.19 desta Lei Complementar serão apuradas mediante **procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizada pelo Corregedor-Geral** e Corregedores Regionais Eleitorais, nos termos das Leis números 1.579, de 18 de março de 1952, 4.410, de 24 de

setembro de 1964, com as modificações desta Lei Complementar.

...

Art.22. Qualquer **partido político**, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral **poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade**, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito: (...)” – grifos nossos –

As práticas brevemente aqui descortinadas indicam, sem sombras de dúvidas, que uma pasta Ministerial e os recursos públicos a ela vinculados, por seu Ministro de Estado, vêm sendo usados politicamente e economicamente para beneficiar a candidatura à reeleição, do atual Presidente da República, configurando, objetivamente, abuso de poder político e econômico, com potencialidade real de interferência no postulado da igualdade que deve balizar as eleições.

Acerca do alcance do termo abuso para a efetiva configuração do ilícito eleitoral, colhe-se da doutrina de José Jairo Gomes (Direito Eleitoral. Del Rey, Belo Horizonte. 5ª Edição, 2010, p.

167):

“Por abuso de poder compreende-se a realização de ações exorbitantes da normalidade, denotando mau uso de recursos detidos ou controlados pelo beneficiário e a ele disponibilizados, sempre com vistas a exercer influência em disputa eleitoral futura ou já em curso. As eleições em que ele se instala resultam indelevelmente maculadas, gerando representação política mendaz, ilegítima, já que destoante da autêntica vontade popular”.

Como se pode ver, são condutas graves, que vem à baila com autoria e materialidade fartamente comprovadas, que indicam claramente que a estrutura administrativa e os recursos financeiros do Estado e da sociedade brasileira estão sendo ilicitamente apropriados para financiar, a qualquer custo, os objetivos eleitorais do Presidente da República.

IV – Do Pedido.

Face ao exposto, requer-se:

- a) Seja a presente Representação recebida e devidamente processada regimentalmente, instaurando-se procedimento de investigação judicial eleitoral para apurar os fatos aqui relatados (abuso de poder político e econômico);

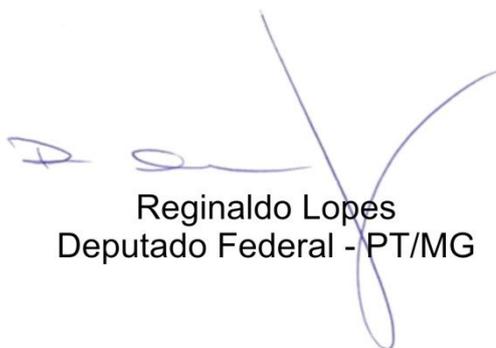
b) Ao final, sejam adotadas as providências legais que a legislação eleitoral prescreve, em relação a ambos os Representados.

Termos em que
Pede Deferimento,

Brasília (DF), 22 de março de 2022.



Gleisi Hoffmann
Deputada Federal - PT/PR



Reginaldo Lopes
Deputado Federal - PT/MG

Anexos:

- 1 – Documentos partidários
- 2 – Documentos pessoais do segundo Representante
- 3 – Áudio da gravação da conversa do Ministro e seus interlocutores